



CUT
SINTESPE
Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

Endereço para correspondências
e envios de documentos

SINTESPE
Caixa Postal 143
Centro - Florianópolis/SC
CEP 88010-970

PLANTÃO PERMANENTE: WhatsApp (48) 9 9833-3355 ou 3223-6097, via e-mail: sintespe@sintespe.org.br e mídias sociais



Diretoria reeleita do SINTESPE toma posse para novo mandato, conquistado com os votos de ampla maioria dos servidores estaduais

A luta continua

A nova diretoria do SINTESPE tomou posse no dia 1º de junho, na sede da entidade, em clima de otimismo e esperança. A vitória da Chapa 1 comprova que o Sindicato está mesmo no Rumo Certo. A luta pela ampliação e manutenção dos direitos será mantida com essa nova diretoria, encabeçada pela companheira Marlete Aparecida Gonzaga, servidora do Deinfra, que tem na militância a grande arma para dar mais dignidade para os servidores estaduais. A categoria amarga as consequências de um governo que pouco tem se importado com o bem-estar do servidor, que confisca 14% nos benefícios e

proventos dos aposentados e pensionistas, entre outras violações de direitos. A Chapa 1 – SINTESPE NO RUMO CERTO foi eleita com

a aprovação de 73% dos votantes.

Foram 1.236 votos para a Chapa vencedora e 444 (27%) para a Chapa 2.

Marlete é a nova presidenta

“Marlete é uma batalhadora. Agradeço o voto de confiança de cada servidor e a disputa de alto nível feita pela Chapa 2. Nossa luta vai prosseguir contra as privatizações, contra o confisco salarial de 14% e pela equiparação das gratificações. Temos que nos unir cada vez mais, porque é impossível aceitar uma tabela vergonhosa com salários de R\$ 820,00. De forma alguma podemos admitir a discriminação contra os servidores aposentados e pensionistas do Estado”.

Antônio Battisti - ex-presidente e atual vice-presidente do SINTESPE

Durante a solenidade de posse, o ex-presidente do SINTESPE, Antônio Battisti, emocionou a todos os presentes com a homenagem póstuma ao companheiro Maurino Silva, ex-presidente do Sindicato, diretor da CUT e secretário geral da Fenasepe, tragicamente falecido em 14 de novembro de 2021



“Precisamos eleger quem defenda as nossas causas”

Eleita por ampla maioria da categoria e primeira mulher a dirigir o SINTESPE, Marlete Aparecida Gonzaga foi uma das fundadoras da entidade. Acompanhe a seguir uma entrevista com a nova Presidenta do nosso Sindicato:

1 – Como você avalia o resultado dessa eleição?

MARLETE – A nossa eleição foi construída coletivamente com a categoria, nos diversos setoriais e nas regiões. Todos os componentes da chapa pegaram junto e conseguiram não somente os votos, mas a também fazer o debate das propostas e da política que a gente defende.

2 – Você esperava uma diferença tão significativa, 73% dos votos dos associados, em uma eleição com chapa de oposição?

MARLETE – A gente sempre fica preocupada com as eleições, mas tivemos o respaldo da categoria. Apesar das dificuldades que a pandemia impôs a todos, conseguimos construir políticas, fazer a luta do servidor público e encaminhar muitas demandas. Ficamos muito felizes com esta resposta e este respaldo também coloca uma grande responsabilidade. Vamos continuar, junto com a categoria, fazendo a organização e o debate para avançar cada vez mais.



Marlete assina Termo de Posse, perante Hélio Samuel de Medeiros, da comissão eleitoral

3 – Alguma outra luta que você queira destacar?

MARLETE – Uma dívida muito importante é em relação aos servidores que ficaram fora da segunda gratificação. Não é uma grande quantidade de servidores (em torno de 9 mil), o que não representa muito significativamente para o Estado, em termos financeiros. Faltou vontade política e senso de justiça por parte do governador e sua base política para promover e praticar a justiça salarial, dando o direito a servidores que desempenham as mesmas funções e o mesmo cargo terem igualmente os mesmos salários. Precisamos lutar e mobilizar a categoria para que os servidores tenham uma política salarial justa e igualitária. Outra injustiça grave cometida pelo governador Moisés e que infelizmente foi aprovada pela maioria dos deputados na Assembleia foi o projeto de Reforma da Previdência que, entre outros prejuízos para o servidor, definiu o desconto de

14% dos aposentados e pensionistas. Precisamos continuar a luta pela derrubada desta decisão, sem trégua, até que seja revista esta outra grande injustiça, pois o servidor contribuiu por 30, 35 anos ou até mais tempo para ter o direito de se aposentar e agora o governo obriga a ter mais este desconto do seu salário.

4 – Resta alguma pauta a ser negociada com o atual governador?

MARLETE – Vamos continuar a nossa luta, como sempre fizemos: contra as privatizações dos portos de São Francisco do Sul e Imbituba, por equiparação salarial (justiça e isonomia) entre os servidores, Plano de Cargos e Salários, respeito à data-base, concurso público e outras pautas importantes ao trabalhador e em especial aos servidores de Santa Catarina. Além disso, precisamos ter consciência que este ano temos eleições e precisamos fazer escolhas em representantes que defendam nossas causas.



Ministro Barroso: vote contra o confisco!

Durante evento pelos 40 anos da Procuradoria Geral do Estado, SINTESPE formalizou pedido ao ministro do STF

O SINTESPE entregou no dia 30 de junho ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, pedido de audiência no qual reitera a reivindicação pelo fim do confisco de 14%, imposto pelo governador Carlos Moisés aos aposentados e pensionistas desde novembro do ano passado. A nova diretoria do Sindicato foi até o Centro Integrado de Cultura (CIC), onde o ministro prestigiava as comemorações alusivas aos 40 anos da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e fortaleceu a luta pelo fim do confisco.

No dia 29 de maio, em sessão virtual do STF, a única ministra a dar o seu voto foi Carmên Lúcia, e foi contrário aos aposentados e pensionistas catarinenses. Ato contínuo, Luís Roberto Barroso pediu vistas à Ação Direta de Inconstitucionalidade 7026, que solicita o cancelamento do confisco de 14%. O Processo está em suas mãos, para análise e votação. O pedido de audiência ao ministro diz o seguinte: "Ministros, os aposentados do Estado de SC trabalharam uma vida toda e não é justo que voltem a pagar 14%. Pedimos sua atenção e uma audiência para expor toda a angústia justamente daqueles servidores e pensionistas que sofrem com a redução salarial para as suas sobrevivências. Agradecemos a atenção e esperamos o seu retorno",



reiterou o diretor jurídico do SINTESPE, Sandoval Miguel dos Santos. Já o 2º secretário de Comunicação, Gabriel Pereira Escobar, avalia que "o SINTESPE deu um importante passo contra o confisco causado pelo atual governo do estado".

Ministro Barroso (à direita) esteve no CIC, no dia 30 de junho, e diretoria do SINTESPE (abaixo) marcou presença



Nova direção prioriza ações emergenciais

Nos próximos meses, a direção do SINTESPE visitará os locais de trabalho, reunindo com servidores em todas as regiões do Estado para reforçar a luta contra o 'assalto' dos 14% e cobrar dos deputados estaduais a revogação do confisco. Além disso, o objetivo é informar aos servidores sobre as ações judiciais emergenciais para a categoria, como a que pede a Extensão das Gratificações com incidência dos triênios. Outro debate é sobre a necessidade da mobilização para cobrar o compromisso dos candidatos ao governo do Estado pela criação de Planos de Cargos e o fim da manobra injusta do pagamento de vencimento com valor abaixo do salário mínimo. Essas duas reivindicações são muito importantes no calendário de lutas para o próximo período.

Candidatos às eleições têm direito à progressão

Pouco mais de uma dezena de servidores estaduais, a maioria da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) foram candidatos nas eleições municipais de 2016 e 2020 e receberam literalmente uma "punição" do governo estadual, que deixou de computar o tempo de serviço para efeitos de progressão de nível na carreira. Esta injustiça está com os dias contados, porque a ação judicial movida pela assessoria jurídica do SINTESPE, já em fase de execução, tem vigência imediata. A única pendência existente diz respeito ao pagamento dos honorários de sucumbência e custas judiciais, pelo governo do Estado. Esta conquistas deve beneficiar aproximadamente 15 servidores.

Governo Carlos Moisés aumenta arrecadação às custas do servidor

De 2018 até 2021, o governo de SC bateu o recorde de arrecadação, superando os R\$ 2 bilhões ao ano e chegando a R\$ 33,47 bilhões, no ano passado (R\$ 4 bilhões a mais do que no ano anterior). A arrecadação aumentou em decorrência do desespero das famílias que perderam entes queridos por conta da pandemia; pela aprovação da Lei federal 173, que retirou direitos dos servidores, como o corte de triênios e licenças-prêmios e outros benefícios

conquistados pela categoria, e dos trabalhadores em geral (reduziu salários e provocou desemprego). Mesmo diante do recorde na arrecadação, o governo parcelou o reajuste salarial dos servidores, até julho desse ano, e mantém a discriminação entre os iguais, ao não garantir a extensão e a isonomia das gratificações. Carlos Moisés impõe austeridade para os servidores ativos, aposentados e pensionistas, ao mesmo tempo em que

favorece empresários sonegadores com perdão de dívidas milionárias, a chamada renúncia fiscal. O governador trava a liberação dos pedidos de aposentadoria e o pagamento das pensões, confisca em 14% os proventos e pensões de aposentados e pensionistas – um verdadeiro roubo – e mente quando alega déficit nas contas do IPREV, limita e dificulta o pagamento de diárias e mantém o congelamento do auxílio alimentação dos servidores.

Justiça manda governo Moisés retomar pagamento de diárias



Decreto do governador Carlos Moisés restringia pagamento de diárias e exigia a devolução dos valores já pagos

O governo Carlos Moisés teve que retomar os pagamentos de diárias aos servidores e não poderá exigir a devolução dos valores já pagos.

A determinação partiu da 2ª Vara da Fazenda, em Florianópolis, atendendo a Ação ajuizada pela assessoria jurídica do SINTESPE. A justiça reconheceu a ilegalidade dos Decretos 605/2020 e 1.324/2021, do governo estadual, por infringirem os artigos 102 e 103 do Estatuto dos Servidores Estaduais que, respectivamente, prevê o pagamento de diárias em

qualquer necessidade de deslocamento da sede funcional e fixa os valores a serem pagos. “Ainda que seja em caráter liminar é uma vitória judicial importante para a categoria”, enaltece o secretário de Comunicação do SINTESPE, Wolney Chucre. O Decreto 605/2020 do governador Moisés proibia a concessão de diária quando deslocamento do servidor “for igual ou inferior a quatro horas, ocorrer durante a jornada normal de trabalho e não demandar dele gastos com alimentação, hospedagem e deslocamento, e ocorrer

entre municípios limítrofes ou entre municípios abrangidos por região metropolitana”. Posteriormente, pelo Decreto 1.324/2021, o governo retirou a restrição do pagamento de diárias somente quando o deslocamento for superior a quatro horas, mas manteve as demais condições. A decisão da Justiça ainda proíbe o governo de efetuar o desconto na remuneração dos servidores, a título de ressarcimento pelo pagamento indevido de diárias, no período compreendido entre 5 de junho de 2020 e 4 de agosto de 2021.

Manobra do governo estadual reduz valor de adicional noturno

A assessoria jurídica do SINTESPE ingressou com procedimento administrativo em favor dos servidores do Porto de São Francisco do Sul, para assegurar que aqueles que exerçam a função no horário noturno (das 22h às 6 horas) tenham direito a uma incidência de 25% sobre a sua remuneração, conforme estabelece o Artigo 89 do Estatuto do Servidor. Isso vem acontecendo mensalmente, desde janeiro desse ano, quando a Secretaria da Administração alterou o sistema da folha de pagamentos, calculando não

mais sobre a remuneração do servidor e sim sobre os vencimentos. Além dos portuários, também foram atingidos por essa injustiça os servidores das áreas da Saúde e da Segurança Pública. O trabalho noturno, na escala de plantão do servidor, pode cair aos sábados, domingos, feriados de final de ano, páscoa, carnaval, etc. Para se ter uma ideia do tamanho da injustiça, em dezembro do ano passado, um servidor do porto de São Francisco do Sul ganhou R\$ 418,76 de adicional noturno; já em janeiro de 2022, pelo desrespeito ao Estatuto,

o mesmo servidor passou a receber R\$ 86,21 referente ao adicional noturno. “Foi um erro do legislador, dos assessores, da Casa Civil, é incompetência ou, de fato, uma medida unicamente para prejudicar o servidor?”, questiona o vice-presidente do SINTESPE, Antônio Battisti, citando ainda a “culpa dos deputados, que impediram o debate com a categoria, contrariando a lei maior, que rege todo o conjunto dos servidores. Se necessário, faremos uma paralisação, iremos ingressar com Mandado de Segurança”, adianta Battisti.



Participe do abaixo-assinado para revogar o confisco de 14%



Deputados que aprovaram a contrarreforma e traíram servidor

O Fórum em Defesa do Serviço Público, integrado pelo SINTESPE e outras entidades de defesa dos servidores estaduais de Santa Catarina, juntamente com a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, presidida pelo deputado Fabiano da Luz (PT), articulam alternativas visando intensificar a luta pelo cancelamento do confisco de 14% nas aposentadorias e pensões. Nos dias 14 e 19 de julho, os diretores do SINTESPE estiveram nos gabinetes dos deputados do PT, Fabiano da Luz e Luciane Carminatti, para buscar saídas conjuntas que levem ao fim do confisco, iniciado em novembro do ano passado. No dia 26 de julho, novamente, aconteceu reunião na Assembleia Legislativa. Uma das possibilidades é um Projeto de Lei oriundo da própria Alesc, ou ainda o Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Ao mesmo tempo, o SINTESPE segue na luta pela revogação

a mobilização permanente da categoria, em todo o Estado. O SINTESPE é entidade apoiadora do abaixo-assinado pela derrubada do confisco de 14% nos salários dos aposentados e pensionistas de Santa Catarina, através de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), o abaixo-assinado tem o desafio de coletar 1% das assinaturas dos eleitores catarinenses, ou seja, em torno de 53 mil assinaturas – até o momento, mais de 20 mil assinaturas já foram coletadas em todo o Estado. O confisco contra os aposentados e pensionistas foi incluído na contrarreforma da Previdência, aprovada em agosto de 2021 pela maioria dos deputados catarinenses, a pedido do governador Carlos Moisés, um inimigo dos servidores estaduais. “É importante que todos os servidores participem dessa luta contra o confisco de 14%,

do confisco, tomando todas as iniciativas possíveis, como a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 7026) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e

Servidor de Sergipe derruba confisco

A luta dos servidores estaduais de Sergipe não foi em vão. Os deputados estaduais de Sergipe aprovaram, no final de junho, o fim do confisco de 14% dos salários de aposentados e pensionistas daquele estado, uma vitória da luta de toda a categoria. O Projeto de Lei Complementar N° 14/2022 beneficiou 24.750 servidores, que não precisam mais contribuir à Previdência em relação aos valores recebidos abaixo do teto do Regime Geral da Previdência Social, hoje fixado em R\$ 7.087,22.

o Projeto de Iniciativa Popular é um dos instrumentos”, conclama a presidente do SINTESPE, Marlete Aparecida Gonzaga. A articulação do SINTESPE na Alesc, nos dias 14 e 19 de julho, foi feita pelo diretor de comunicação Wolney Chucre, a diretora financeira, Marilene Pereira, e a diretora de Assuntos dos Aposentados e Pensionistas, Mariléia Gomes, além da presidenta Marlete Gonzaga. Para que o Projeto de Iniciativa Popular tenha validade é necessário o nome, número do título de eleitor e assinatura de cada apoiador.